



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639131 - SC (2021/0004825-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JESSICA DE AGOSTINHO COSTA
CORRÉU : FELIPE LEITE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JESSICA DE AGOSTINHO COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5002311-15.2020.8.24.0039).

A paciente foi condenada pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso III, ambos da Lei n. 11.343/2006, às penas de 3 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão no regime aberto e de 486 dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.

Nesta via, a defesa sustenta ausência de fundamentação apta a justificar a escolha da substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, visto que existe a possibilidade de conversão em somente uma restritiva e multa, por ser solução mais favorável à paciente, na forma do art. 44, § 2º, do Código Penal.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que se suspendam os efeitos da condenação até o julgamento final deste *writ*. No mérito, o deferimento da substituição da reprimenda por uma restritiva de direitos e multa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO

PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR.
RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.
GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE.
AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.
INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.
ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente